



C Á V A D O
a l g u n s o l h a r e s

ASPA

Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural

I
APRESENTAÇÃO

Numa época em que as Autarquias de todo o país se afadigam com a fase terminal dos seus Planos Directores Municipais, as questões relacionadas com a definição das áreas de desenvolvimento assumem uma importância particular, nomeadamente no quadro dos espaços do Património Natural e Cultural que urge preservar e enquadrar nos planos globais de urbanização.

No concelho de Braga que, em questões de crescimento urbano tem uma história desastrosa, o debate tem-se centrado sobre o espaço específico da cidade e de algumas freguesias marcadas pela presença de monumentos nacionais, ficando "esquecidos" outros aspectos de primordial importância para a definição de um desenvolvimento equilibrado, que conjugue a preservação dos ambientes naturais e culturais - num sentido que assimila o património construído propriamente dito à sua dimensão antropológica - com as necessidades de crescimento actuais.

Esteve neste caso, até à recente criação da Associação de Municípios do Vale do Cávado, o Rio Cávado, a maior corrente aquática que atravessa o concelho, cujos potenciais de aproveitamento turístico atraem cada vez mais investidores, e cujas margens e leito não só albergam exemplares preciosos do património rural construído que durante séculos exprimiram o modo de vida das populações ribeirinhas, como se enquadram num meio ecológico cuja degradação através de construções não planeadas é necessário evitar.

Azenhas, moinhos de água, pesqueiras, engenhos de serra e de linho, são algumas das construções que se podem encontrar ao longo do percurso do rio e que estão intimamente ligadas à definição secular de uma cultura em que os produtos e a energia fornecidos pelo curso fluvial desempenham um papel fundamental, como aliás se pode verificar pela leitura de alguns dos textos aqui publicados.

A crescente degradação, causada quer pela acção deliberada do homem, quer pelo simples abandono, a que estão sujeitos estes testemunhos preciosos da nossa história e o ambiente natural que os enquadra, exige de todos nós, cidadãos empenhados na conservação da nossa identidade cultural e, sobretudo, das entidades responsáveis, uma atitude construtiva de preservação e valorização.

É necessário que sejam devidamente definidas as áreas de Reserva Ecológica Nacional das margens do Cávado nos Planos Directores Municipais dos vários municípios, que sejam inventariados, classificados e preservados os elementos do Património Cultural Construído que dele aproveitaram, e nalguns casos aproveitam ainda, a força energética e os recursos naturais.

É necessário que seja definida uma utilização sócio-cultural e educativa destes espaços, que rentabilize e dê sentido à sua recuperação e preservação, sem lhes alterar radicalmente as funções primordiais e mantendo o equilíbrio natural envolvente, isto é, que permita às populações locais e aos visitantes fruir uma área fluvial agradável e rica de significado cultural.

Como se teve a oportunidade de observar ao longo do passeio realizado pela ASPA, abrangendo áreas ribeirinhas dos concelhos de Braga e da Póvoa de Lanhoso, um percurso pelo Cávado pode ser uma verdadeira lição ao vivo, uma imagem ora linda e bucólica, ora triste e degradada de um Rio que ajudou a definir séculos de história e cuja destruição significaria o desaparecimento de um elemento essencial da memória e da identidade cultural deste Minho cada vez menos pitoresco.

Embora, em cultura, a cooperação não careça de agradecimento, a ASPA não poderia deixar de registar a colaboração do Instituto da Juventude, que apoiou esta publicação, de todos os que elaboraram os textos que a compõem e ajudaram na preparação do passeio e do debate e, muito especialmente, do Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães e da Dr^a Aida Mata, que desde o início participou na organização desta iniciativa.

* ASPA